

História da Educação na formação em Pedagogia: análise dos planos de ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil, 1969-2024)

Dóris Bittencourt Almeida¹  Natália Gil² 

Resumo

Este artigo coloca em evidência o entrecruzamento de tensões que representa a presença da disciplina História da Educação no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De um lado, encontra-se o movimento de uma área disciplinar que se consolida em torno da pesquisa acadêmica sobre a História da Educação brasileira. De outro, encontram-se pressões sobre o Curso de Pedagogia que tendem a impor um viés mais “prático” ao currículo e reduzir a carga horária das disciplinas de fundamentos da educação. Mediante a análise de 48 planos de ensino, referentes ao período que se estende entre 1969 e 2024, procedeu-se ao escrutínio dos temas propostos para as aulas, a bibliografia indicada e as práticas de ensino e avaliativas. Os resultados da análise apontam para a evidência de que as aulas de História da Educação na UFRGS estiveram na vanguarda do debate que articula ensino e pesquisa, e permitem observar uma preocupação recorrente com a finalidade desse conhecimento na formação docente.

Palabras-chave: Ensino de História da Educação, Planos de Ensino, Curso de Pedagogia, UFRGS.

History of Education in Pedagogy Training: analysis of teaching plans of the Federal University of Rio Grande do Sul (Brazil, 1969-2024)

Abstract

This article highlights the intersection of tensions that represents the presence of the discipline History of Education in the Course of Pedagogy of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). On the one hand, there is the movement of a disciplinary area that is consolidated around academic research on the History of Brazilian Education. On the other, there are pressures on the Pedagogy Course that tend to impose a more "practical" bias to the curriculum and reduce the workload of the disciplines of fundamentals of education. Through the analysis of 48 teaching plans, referring to the period that extends between 1969 and 2024, we proceeded to the scrutiny of the themes proposed for the classes, the indicated bibliography and the teaching and evaluation practices. The results of the analysis point to the evidence that the History of Education classes at UFRGS were at the forefront of the debate that articulates teaching and research and allow to observe a recurring concern with the purpose of this knowledge in teacher training.

Keywords: Teaching of History of Education, Teaching Plans, Pedagogy Course, UFRGS.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: almeida.doris@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: natalia.gil@ufrgs.br

Historia de la Educación en la formación en Pedagogía: análisis de los planes de enseñanza de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (Brasil, 1969-2024)

Resumen

Este artículo pone en evidencia el entrecruce de tensiones que representa la presencia de la disciplina Historia de la Educación en el Curso de Pedagogía de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS). Por un lado, se encuentra el movimiento de un área disciplinaria que se consolida en torno a la investigación académica sobre la Historia de la Educación brasileña. Por otro, se encuentran presiones sobre el Curso de Pedagogía que tienden a imponer un sesgo más "práctico" al currículo y reducir la carga horaria de las disciplinas de fundamentos de la educación. Mediante el análisis de 48 planes de enseñanza, referentes al período que se extiende entre 1969 y 2024, se procedió al escrutinio de los temas propuestos para las clases, la bibliografía indicada y las prácticas de enseñanza y evaluación. Los resultados del análisis apuntan a la evidencia de que las clases de Historia de la Educación en la UFRGS estuvieron a la vanguardia del debate que articula enseñanza e investigación y permiten observar una preocupación recurrente con la finalidad de ese conocimiento en la formación docente.

Palabras clave: Enseñanza de Historia de la Educación, Planes de Enseñanza, Curso de Pedagogía, UFRGS.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA NO ENTRECruzAMENTO DE TENSÕES

Com o passar do tempo, tanto a História da Educação como a formação de professores sofreram importantes mudanças que tiveram implicações no que se refere à articulação entre ambas. Analisando a documentação referente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), este artigo põe em evidência o entrecruzamento de tensões que representa a presença da disciplina História da Educação no Curso de Pedagogia. De um lado, importa considerar o movimento de um campo de estudos que parte da história das ideias pedagógicas em direção à pesquisa acadêmica sobre a História da Educação brasileira. De outro, as pressões, em âmbito nacional, sobre o Curso de Pedagogia e que se transmitem em pressões no cotidiano de cada instituição que oferta esse curso; pressões essas que tendem a impor um viés mais "prático" ao currículo e reduzir, portanto, a carga horária das disciplinas de fundamentos da educação, como no caso da História da Educação.

Nos últimos anos, as reformas curriculares e os debates acerca da formação docente têm colocado em dúvida a relevância desses conhecimentos no preparo profissional dos professores. Uma acusação recorrente é que tais saberes estariam distantes daquilo que supostamente é preciso conhecer para atuar em sala de aula, como se a docência fosse uma atividade meramente técnica e como se o conhecimento acerca da história da educação fosse um conjunto inútil de curiosidades do passado. Neste artigo, o foco se concentra na situação brasileira, mas cabe ressaltar que esse tipo de questionamento tem sido observado também em outros países (Escolano Benito, 1994; Borges & Gatti Junior, 2010).

No Brasil, a formação de professores teve início com a criação das escolas normais na primeira metade do século XIX³. Formavam-se, nesses espaços, mestres para atuar nas escolas de primeiras letras, ou seja, para prover o ensino de saberes elementares às crianças. Por volta dos anos 1870, o currículo era composto de disciplinas tais como língua nacional e língua francesa, aritmética, álgebra e geometria, geografia, história universal, filosofia, ensino religioso, noções de economia doméstica, entre outras de teor semelhante; quanto ao preparo propriamente pedagógico, em geral, havia apenas as cadeiras de pedagogia e prática de ensino (Tanuri, 2000). Para os docentes que atuavam no ensino secundário, em liceus e ateneus por exemplo, nenhuma formação específica estava prevista. Nesse caso, esperava-se que o domínio dos conteúdos a serem ensinados (retórica, geometria, gramática etc.) fosse suficiente.

Nos anos 1920, com a circulação do ideário escolanovista e com a renovação das expectativas sobre educação escolar para a civilização dos povos e o progresso das nações, tem-se a introdução nas escolas normais de “[...] novas disciplinas de formação profissional – além da pedagogia, da psicologia e da didática –, como a história da educação, a sociologia, a biologia e higiene, o desenho e os trabalhos manuais” (Tanuri, 2000, p. 71).

Nos anos 1930, essa concepção de formação docente consolida-se nas escolas normais na medida em que perdem espaço as disciplinas correspondentes aos saberes curriculares do ensino primário e afirma-se a importância dos saberes pedagógicos no preparo profissional dos professores. Nessa década, foram criados os cursos de licenciatura no âmbito das Faculdades de Filosofia, voltados à formação dos professores secundários, e também foi criado o Curso de Pedagogia, cujo propósito era formar os professores que atuariam nas escolas normais, ensinando às futuras professoras os conhecimentos específicos sobre educação, e os especialistas em educação, que se dedicariam à formulação e administração dos processos educacionais. Ou seja, as professoras primárias seguiam sendo formadas nas escolas normais. Longe, portanto, das universidades. A disciplina História da Educação compunha o currículo tanto nas escolas normais quanto na Pedagogia e nos cursos de licenciatura.

Com a Reforma Universitária de 1968, Lei nº 5540/68, reiterava-se o papel do Curso de Pedagogia na “formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares” (Brasil, 1968, art. 30). No ano seguinte, o Parecer CFE nº 252/69 emitido pelo Conselho Federal de Educação fixou o currículo mínimo, a duração do curso e estabeleceu uma estrutura que se desdobrava em cinco habilitações possíveis para os profissionais formados em Pedagogia: Magistério das disciplinas pedagógicas na

³ A escolha acerca do gênero que importa utilizar para designar quem trabalha com a docência é sempre uma questão delicada. No início do século XIX, a formação específica para o magistério foi pensada apenas para os homens. Ao longo daquele século, no entanto, houve a feminização do magistério e o fato é que, em menos de cem anos, a presença de mulheres nas salas de aula passou a predominar, sobretudo no que se refere ao ensino das crianças e dos conhecimentos escolares mais elementares (Tanuri, 2000). Atualmente, no Brasil, o percentual de professoras na Educação Básica chega quase a 80% (Inep, 2023). Assim, neste artigo, optamos por utilizar o masculino genérico, sempre que possível, mas designando as profissionais no feminino quando se trata de contextos em que reconhecidamente é muito maior a presença de mulheres.

Escola Normal, Orientação Educacional; Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar⁴. Em 1971, houve uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabeleceu a formação para o Magistério em nível de 2º Grau⁵, substituindo os cursos de formação docente existentes nas escolas normais. Mantinha-se, portanto, a separação entre quem deveria pensar a educação e quem deveria executar em sala de aula tais planos e processos. De um lado as pedagogas e, de outro, as professoras primárias.

Em 1996, a LDB (Lei nº 9394/96) determinou que a formação de todos os professores fosse realizada em nível superior. Vislumbrava-se, assim, o fim da habilitação Magistério em nível médio e tentava-se, naquela ocasião, o estabelecimento do curso Normal Superior para a formação de professoras que atuariam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, restringindo a Pedagogia à formação de especialistas em educação. No entanto, a tentativa não teve sucesso, pois o movimento docente e as associações de pesquisa em Educação fizeram defesa enfática da docência como base de formação nos cursos de Pedagogia e conseguiram derrubar o impedimento de que as egressas desses cursos pudessem atuar como professoras na Educação Básica.

O embate ocorrido naquele momento é sintomático de uma tensão persistente nas políticas e práticas de formação docente no Brasil: há quem defenda, inclusive na atualidade, uma formação mais técnica e pragmática para que os professores saibam “aplicar” métodos e “passar” os conteúdos curriculares pensados em outros espaços (que não a escola) e desenvolvidos por outros profissionais (que não os professores) e há quem defenda que o professor seja formado como profissional reflexivo, capaz, portanto, de investigar sua própria prática, pensar os processos pedagógicos e criar novas possibilidades em seu fazer cotidiano⁶. Essa tensão atinge frontalmente disciplinas tais como História da Educação, uma vez que seus conteúdos curriculares e os objetivos pedagógicos que justificam sua inserção nos cursos de formação docente não se assentam em um saber-fazer pontual e específico da prática pedagógica em sala de aula, mas sim à capacidade de permitir compreender a sociedade e suas mudanças ao longo do tempo e a diversidade social, cultural, étnica etc. dos atores sociais. Tais aspectos são intrínsecos à relação pedagógica e têm efeitos incontornáveis no processo de ensino-aprendizagem, de modo que é imprescindível que os docentes conheçam e compreendam essas dinâmicas sociais. Ou seja, é pela compreensão dos desafios do presente que a História da Educação tem a contribuir na formação de professores⁷.

Ao longo de mais de um século, também a área de estudos em História da Educação alterou-se significativamente. De início atrelada à Filosofia, a disciplina História da Educação integrou logo cedo os currículos de formação docente porque dela se esperava que ensinasse aos profes-

⁴ A partir da década de 1980, foram criadas as habilitações Educação Pré-Escolar/Educação Infantil e Magistérios das séries iniciais do Ensino de 1º Grau/anos iniciais do Ensino Fundamental.

⁵ Trata-se da Lei nº 5692/71 que criou o Ensino de 1º Grau, com duração de 8 anos, seguido do Ensino de 2º Grau que, até 1982, era obrigatoriamente profissionalizante. Em 1996, com a nova LDB, esses níveis de ensino passam a se ser denominados de Ensino Fundamental (até 2009, com duração de oito anos e, atualmente, nove anos) e Ensino Médio (com duração de três anos).

⁶ Acerca do professor como profissional reflexivo, ver Donald Schön (1997). Para um outro ponto de vista, complementar, ver a noção de autoria docente (Pretto, 2012).

⁷ Para aprofundar esse aspecto, ver Almeida (2013) e Gil (2022).

res como seguir bons modelos e como evitar os erros do passado (Nunes, 2006). Segundo Miriam Warde (1990), o caráter pragmático e utilitarista foi uma marca da História da Educação, desde sua implantação. Havia, além disso, uma conotação moral muito forte, “[...] porque dela havia de se tirar alguma lição, algum ensinamento doutrinário” (Warde, 1990, p. 8). Era comum que um mesmo professor lecionasse ambas as disciplinas ou, ainda, que uma só disciplina integrasse conteúdos de História da Educação e de Filosofia (Vidal & Faria Filho, 2003). Em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, unificou as matérias do segundo ciclo do curso para todo o Brasil, incluindo História e Filosofia da Educação como uma única disciplina ministrada na terceira série; fortalecendo, assim, o vínculo entre essas duas áreas na formação docente. Essa concepção deixou um legado inegável nos cursos de preparação ao magistério, de modo que é possível identificar, em muitas instituições de ensino superior, sobretudo naquelas dedicadas apenas ao ensino, forte articulação entre Filosofia e História da Educação, mesmo na atualidade.

Na segunda metade do século XX, começa a se consolidar o campo de pesquisa em Educação e, aos poucos, a História da Educação vai se delineando como área de pesquisa, em forte expansão sobretudo a partir dos anos 1990. Esse é, contudo, um processo longo e que se restringe, ao menos inicialmente, às Universidades⁸.

Nos anos 1980 e 1990, ganha amplitude e se consolida um campo que articula várias áreas disciplinares. Isso imprime marcas no modo de realizar a pesquisa histórica sobre Educação e também no modo de ensinar História da Educação nos cursos de formação de professores. Importa observar que a História da Educação, como disciplina, não se instituiu nos cursos de graduação em História que, tradicionalmente, pouco incorporam em seus currículos esses saberes. Como campo de pesquisa, foi nas Faculdades de Educação que a História da Educação encontrou acolhida. Ou seja, configurando-se como uma área de fronteira entre a História e a Educação, sua ancoragem se deu no campo de pesquisa da Educação. Miriam Warde (1998, p. 7) explica que, portanto, “[...] a História da Educação não se configura uma especialização temática da História, mas, sim, uma ciência da educação ou uma ciência auxiliar da educação”. Isso não significa que deixe de haver fertilizações mútuas. Especialmente no que se refere aos saberes metodológicos, é como pesquisa histórica que tais trabalhos se caracterizam. Desse modo, embora tenha se constituído como pesquisa em Educação, a preocupação com a dimensão historiográfica e com o rigor metodológico tem sido notável na produção em História da Educação no Brasil nas últimas décadas. Como ressalta Dóris Almeida (2013, p. 6),

⁸ Cabe observar que, no Brasil, é sobretudo no âmbito das Universidades públicas que a pesquisa acadêmica é produzida. No entanto, de acordo com o Censo do Ensino Superior 2020 (Brasil, 2022), os cursos de licenciatura concentram suas matrículas em instituições privadas (66,4%) e na modalidade Educação a Distância (EaD) (59,3%), ou seja, em instituições de ensino superior e em uma modalidade de curso onde a pesquisa não faz parte do cotidiano. Clarice Nunes (2003) já havia alertado sobre o papel dos professores que, por diferentes motivos, nem sempre são pesquisadores identificados com a História da Educação, o que pode comprometer a qualidade daquilo que trabalham em suas aulas. Fato é, no entanto, que pouco sabemos do que se passa nesses espaços quanto às aulas de História da Educação. As notícias que chegam esporadicamente, pelo relato informal da experiência de quem atua ou estuda nesses contextos, não nos permite muito otimismo. Faz falta, é preciso reconhecer, a realização de pesquisas sistemáticas sobre tais processos.

[...] a área de História da Educação, em seus diálogos com a História, também passa por uma revolução, tanto em seus contornos teórico-metodológicos quanto no alargamento de seus objetos e de suas fontes. Hoje, o ensino e a pesquisa neste campo de conhecimento são muito mais imaginativos e inovadores do que no passado recente. Observa-se um respeitável avanço nas pesquisas, com a presença de novos atores educativos e desenvolvimento de investigações que penetram o interior das escolas e seus processos educativos particulares.

Os pesquisadores em História da Educação⁹ mantêm, assim, constante interesse acerca da Historiografia e das reflexões sobre a Teoria da História, acompanhando os avanços no que se refere ao modo como são produzidos os conhecimentos em História. Bem menor tem sido o interesse no sentido inverso, de modo que é mais raro que os pesquisadores em História estejam atualizados com relação ao acúmulo de conhecimentos na História da Educação.

As aulas de História da Educação não ficaram alheias a esse processo. Desde os anos 1980, como mostraremos a seguir tomando o exemplo da UFRGS, é possível observar uma maior variedade de temas abordados, assim como os percursos de formação dos professores responsáveis por ministrar essa disciplina e a bibliografia proposta nos cursos. Ao menos nas instituições em que a pesquisa faz parte da rotina, as aulas de História da Educação acompanharam os avanços científicos incorporando importantes perspectivas e renovando seus propósitos.

Entretanto, Luciano Mendes de Faria Filho (2016) chama a atenção para o quanto ainda incomoda a pergunta “Para que serve a História da Educação?”. A reflexão acerca dessa pergunta, como docentes dessa disciplina, nos instiga e nos impõe pensar em questões tais como as trazidas por Clarice Nunes (2006, p. 178): “O que precisamos ensinar? O que queremos conhecer do passado? Por quê? Que diferença faria se não o conhecêssemos?”. Esse tipo de reflexão, extremamente salutar para arejar a docência, não visa respostas definitivas; são indagações que devem nos acompanhar cotidianamente como professoras de História da Educação e cujas respostas carregam a marca da provisoriamente. Ou seja, o trabalho docente em torno dessa disciplina muda à medida que a sociedade se transforma e que o conhecimento se renova. Podemos dizer que é um desafio constante pensar em quem será a futura pedagoga que assiste nossas aulas, que saberes devem constituir sua formação profissional, o que deve estudar para ser uma professora competente, crítica e reflexiva. Atravessando tais questionamentos, estão também as disputas curriculares nas instituições que, tendo na superfície a feição de briga por carga horária entre as muitas disciplinas que integram a formação em Pedagogia, referem-se, no fundo, a diferentes compreensões acerca da relevância dos fundamentos da Educação.

A presença e as características da disciplina História da Educação nos cursos de formação docente têm despertado interesse há tempos. Muitos são os trabalhos já publicados sobre a questão, de modo a tornar extremamente difícil compor um repertório completo (Warde, 1990, 1998; Nunes, 2003, 2006; Gatti Jr., 2017; Ecar & Barros, 2022; para citar apenas alguns). Partimos das referências mais recorrentes, nesse amplo conjunto de trabalhos, como base para o conhecimento da historicidade das aulas de História da Educação na formação docente e para compreensão dos

⁹ Esse campo de pesquisa tem como uma de suas características o fato de que os pesquisadores provêm de uma variedade de áreas, formados em nível de graduação nos cursos de História, Pedagogia, Filosofia, diversas licenciaturas, entre outros.

desafios colocados na atualidade. Em diálogo com essa literatura e partilhando de muitas de suas inquietações, realizamos a análise apresentada a seguir dos planos de ensino para as disciplinas referentes à História da Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹⁰.

ANÁLISE DOS PLANOS DE ENSINO

Para o desenvolvimento deste estudo, elegemos como documentos de análise planos/programas de ensino de disciplinas de História da Educação que compuseram/compõem a estrutura curricular do Curso de Pedagogia presencial ofertado na Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde 1969, estendendo-se até o tempo presente¹¹. Esses materiais encontram-se salvaguardados no Centro de Memórias da Faculdade de Educação (Ceme/Faced)¹², que, entre seus diferentes acervos, conserva essa tipologia documental de disciplinas das licenciaturas.

Considera-se aqui a importância desses planos por registrarem escolhas teóricas, temáticas, conceituais, metodológicas e avaliativas de cada área de ensino, apresentando as linhas mestras das disciplinas para os estudantes, muitas vezes tendo influências dos contextos vigentes. Ou seja, são documentos institucionais, elaborados por docentes, aprovados por órgãos colegiados das faculdades que representam, em poucas palavras, o *modus operandi* das disciplinas e suas concepções, em cada temporalidade.

Portanto, inspiradas em Faria Filho e Rodrigues (2012, p. 162), entendemos a legitimidade de construir uma discussão, tomando como referência aquilo que foi “[...] programado para ser ensinado aos alunos”. Os programas aqui são entendidos como brechas que nos permitem *olhar* para a disciplina no passado e no presente. Neles, identificam-se opções e prioridades dos professores, dentro de campos de possibilidades, com o intuito de estruturar o que consideravam/consideram que deva ser ensinado para seus alunos. De acordo com os autores, “[...] os programas de ensino objetivam práticas, são espaços de práticas e de disputas as quais se dão em torno de prescrições e não em relação aquilo que será ou não efetivamente trabalhado” (Faria Filho & Rodrigues, 2012, p. 162).

De acordo com Cellard (2008), os planos de ensino, sobretudo de Universidades públicas, podem ser considerados documentos de caráter público, entretanto, os mais antigos nem sempre podem ser acessados, se não estiveram devidamente catalogados em arquivos das instituições. Daí a importância da organização arquivística, de modo a servir à sociedade, para diferentes fins. Neste estudo, os planos ou programas de ensino são instituídos como documentos históricos, examinados por meio da operação historiográfica (Certeau, 2008). A maioria deles não tem mais valor de

¹⁰ Vale ressaltar que uma primeira aproximação ao tema foi realizada em 2006, por Maria Stephanou (2006) que produziu um mapeamento da disciplina na Faculdade de Educação da UFRGS, entre 1973 a 2004, através da análise dos planos de ensino, os quais avaliou, via de regra, lacunares, repetitivos, exercendo, por vezes, apenas uma função burocrática junto ao departamento ao qual a disciplina se vincula.

¹¹ A UFRGS oferece também cursos de Pedagogia na modalidade EaD, vinculados à Faculdade de Educação e ao Campus Litoral Norte. Os documentos referentes a esses cursos não fazem parte no *corpus* documental aqui analisado.

¹² Os quatro planos mais recentes, que se referem aos anos 2010 e 2016, foram obtidos diretamente no Portal de Serviços da UFRGS.

uso, pois representam concepções de ensino de tempos passados. Constituem-se em fontes que, analisadas à luz de objetivos específicos, permitem a realização da pesquisa, desde que se faça a necessária crítica.

Evidentemente, essas fontes não são reflexos da realidade das aulas de História da Educação. Como fragmentos de verdade que são, permitem, pela análise, que busquemos movimentos de aproximação da disciplina, observando suas camadas de tempo. Assim, privilegia-se um exame indiciário (Ginzburg, 1989), que exige a busca do detalhe, daquilo que parece insignificante, perscrutando as questões que nos propomos a discutir. Ou seja, aqui se procura exercitar um olhar atento às escolhas promovidas pelos professores, em meio a contextos políticos, científicos, econômicos, culturais, perguntando o que os programas são capazes de dizer sobre o itinerário das disciplinas de História da Educação oferecidas ao Curso de Pedagogia na UFRGS, ao longo de mais de cinquenta anos.

A seguir, apresentamos os planos de ensino que foram localizados nos arquivos do Centro de Memórias da Faculdade. Em alguns anos, os planos se mantiveram idênticos, por isso a análise privilegiou aqueles em que alterações, ainda que sutis, foram observadas.

Quadro 1 – Disciplinas e distribuição dos docentes por ano

Ano	Disciplina	Professor/a
1969	História e Filosofia da Educação	Alda Cardoso Kremer
1973	História da Educação I e II	Fernando Becker
1975	História da Educação I	Alda Cardoso Kremer
	História da Educação I e II	Fernando Becker
1977	História da Educação I	Alda Cardoso Kremer Guacira Lopes Louro
	História da Educação II	Fernando Becker
	História da Educação I e II	Fernando Becker
1978	História da Educação I	Guacira Lopes Louro
1979	História da Educação I	Alda Cardoso Kremer
	História da Educação I	Guacira Lopes Louro
	História da Educação II	Alda Cardoso Kremer
	História da Educação II	Guacira Lopes Louro
1983	História da Educação I	Rosa Maria Martini
	História da Educação I	Lucia Beatriz Velloso Gaspary
1984	História da Educação II	Rosa Maria Martini
	História da Educação II	Rose Marie Mendes da Cunha
1985	História da Educação: Educação no Brasil	Rosa Maria Martini
	História da Educação: Educação no Brasil	Rose Marie Mendes da Cunha
1986	História da Educação: Educação no Brasil	Rose Marie Mendes da Cunha

1987	História da Educação: Educação no Brasil	Guacira Lopes Louro
1988	História da Educação: Educação no Brasil	Guacira Lopes Louro
	História da Educação: Educação no Brasil	Rose Marie Mendes da Cunha
1989	História da Educação: Educação no Brasil	Guacira Lopes Louro
1990	História da Educação no Brasil	Guacira Lopes Louro
1991	História da Educação no Brasil	Maria da Conceição de Araújo Carrion
1992	História da Educação e da Pedagogia	Maria da Conceição de Araújo Carrion
	História da Educação no Brasil	Maria da Conceição de Araújo Carrion
	História da Educação no Brasil	Guacira Lopes Louro
1993	História da Educação no Brasil	Guacira Lopes Louro
	História da Educação no Brasil	Maria da Conceição de Araújo Carrion
	História da Educação e da Pedagogia	Maria da Conceição de Araújo Carrion
1994	História da Educação e da Pedagogia	Liege Sitja Fornari
	História da Educação e da Pedagogia	Maria da Conceição de Araújo Carrion
	História da Educação no Brasil	Maria da Conceição de Araújo Carrion
1995	História da Educação no Brasil	Maria Helena Camara Bastos
1996	História da Educação e da Pedagogia	Maria da Conceição de Araújo Carrion
1997	História da Educação no Brasil	Elisabete Leal
1998	História da Educação no Brasil	Maria Aparecida Bergamaschi
2000	História da Educação e da Pedagogia	Simone Valdete dos Santos
2001	História da Educação no Brasil	Maria Aparecida Bergamaschi
	História da Educação e da Pedagogia	Hilda Jaqueline de Fraga
2002	História da Educação no Brasil	Maria Aparecida Bergamaschi
2003	História da Educação e da Pedagogia	Jorge Alberto Rosa Ribeiro
	História da Educação e da Pedagogia	Estela Carvalho Benvenuto
2010	História da Educação na Europa e nas Américas	Simone Valdete dos Santos
2010	História da Educação no Brasil	Maria Aparecida Bergamaschi
2024	História da Educação I: modernidade e interculturalidade	Maria Aparecida Bergamaschi
2024	História da Educação II: sujeitos, instituições e práticas	Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Fonte: Elaboração das autoras, 2024.

Aparentemente, os planos parecem dizer pouco da disciplina, de suas intenções e propósitos formativos, tanto do ponto de vista epistemológico quanto metodológico. Mas, como explica Cellard (2008, p. 299), é preciso aceitar o documento “[...] como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja” e investir em suas potências. Nessa perspectiva, investiu-se em um exame mais apurado, na busca pelos indícios, pelas palavras que podem constar quase silenciosas,

mas que denotam preceitos da disciplina, de uma temporalidade, da formação de seus professores, das relações entre ensino e pesquisa, entre outros aspectos.

É preciso atentar para o contexto de produção do documento. Quem produziu os planos aqui tomados como objetos de estudo? Quais os docentes envolvidos? Quais suas trajetórias de formação? São todos pesquisadores em História da Educação? Por que algumas escolhas, em detrimento de outras? Nesse sentido, cumpre atentar para os pormenores, prestando atenção nos títulos, objetivos, súmulas/ementas, temáticas abordadas, sequência dos conteúdos, metodologias, critérios de avaliação e referências bibliográficas. Todos esses são elementos que ajudam a imaginar o cenário das aulas, que sempre será incompleto e fragmentário.

Ao observar cada tópico, algumas questões se colocaram como condutoras do estudo: Quais os princípios teóricos e metodológicos que comparecem nos documentos? Que transformações/permanências podem ser percebidas, à medida que os anos passam? Os programas se articulam em torno de temas consagrados pela historiografia educacional brasileira ou elegem temáticas pouco habituais, considerando-se décadas passadas e o tempo presente? Há interlocuções evidentes entre a ascensão da pesquisa em História da Educação e as proposições para o ensino dessa disciplina? De que modo essa dimensão se reflete nos planos?

Desse modo, foram examinados 48 planos de ensino oferecidos ao Curso de Pedagogia da UFRGS, iniciando por 1969 até os do ano de 2024. Observa-se uma determinada variedade de nomes no título da disciplina, muitas vezes coerentes às mudanças da própria formação em Pedagogia, ao avanço da História da Educação como campo de pesquisa, bem como as convicções epistemológicas de seus docentes. Ou seja, os planos não são estáveis, fixos, são mutantes, de acordo com diferentes questões que examinaremos a seguir, em dimensões micro e macro históricas. A partir da década de 1980, por exemplo, a Educação no Brasil torna-se a ênfase de uma das disciplinas de História da Educação, aparecendo no título e se estende até o momento presente; embora a ênfase na história da educação brasileira se mantenha, esse aspecto não consta mais no título. Outro exemplo é o plano de 2010, intitulado “História da Educação na Europa e nas Américas”, que permite notar um esforço no sentido de afastar a disciplina da tradição intelectual fortemente eurocentrada que caracterizou, de modo geral, a abordagem e a bibliografia das disciplinas de Fundamentos da Educação nas mais variadas universidades brasileiras.

A intenção, a partir de agora, é produzir análises sobre esses documentos, evitando narrativas descritivas e naturalizadas dos mesmos. Como representações de outrora, acumulam camadas de tempo, como estratos de experiência que atravessam a formação das futuras pedagogas, há muitas décadas. Nas palavras de Reinhart Koselleck (2014, p. 19), convivem “[...] diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pensamentos de duração mais longa são investigados”. Em vista disso, observar os planos de ensino, entendendo-os como depósitos de tempos acumulados, permite se perguntar como em cada presente as diferentes dimensões temporais do ensino de História da Educação são postas em relação.

Nesses entrelaçamentos temporais, evidenciam-se as categorias históricas “experiência e expectativa”, fundamentadas nos postulados de Koselleck (2006). A experiência, para o autor, pertence ao passado e se concretiza no presente através da memória materializada em inúmeros vestígios. Entende-se, então, que a memória é sempre do presente, pois o pretérito depositado não é algo vindo de um tempo que se findou, mas sim um passado que invade o presente. Desse modo, os planos contemplam diferentes espaços de experiência, sedimentados em sobreposições de tempos que correspondem ao passado e ao presente. E o horizonte de expectativa, como se coloca? Ele estabelece conexões entre o presente e o passado, carrega o componente de um *vir a ser*, em que também estão implicadas as formas de sensibilidade com relação ao novo tempo que se aproxima. Avancemos, agora, em direção aos planos de ensino propriamente ditos.

O que ensinar? Por quê?

Para iniciar, trazemos algumas referências do Curso de Pedagogia na UFRGS, que teve seu início no ano de 1942, intitulado “Curso de Pedagogia e Didática”, vinculado à Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Universidade de Porto Alegre¹³. Em 1970, por força da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68), a UFRGS organizou-se em institutos e faculdades, estrutura que mantém até hoje. Com base nessa reestruturação, ocorreu a criação da Faculdade de Educação/Faced, oriunda da Faculdade de Filosofia, que abrigou o Curso de Pedagogia, bem como as disciplinas pedagógicas para os demais cursos de licenciatura. Portanto, a constituição da Faculdade está atrelada ao desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia, que teve sua origem marcada pela tentativa do Governo Federal de desarticular os focos de resistência à ditadura militar em fins dos anos 1960.

Sendo assim, em 1970, as diretrizes da Faculdade de Educação da UFRGS foram estabelecidas de acordo com a normatização da Reforma Universitária. Sua divisão administrativa previa a existência de três departamentos, que seguem os mesmos na atualidade: Departamento de Estudos Básicos (DEBAS); Departamento de Ensino e Currículo (DEC) e Departamento de Estudos Especializados (DEE), aos quais docentes e disciplinas se vinculam. A disciplina de História da Educação sempre esteve vinculada ao Departamento de Estudos Básicos.

A análise toma como referência inicial os planos de 1969 e 1973, os mais antigos localizados, justamente do período mais difícil da ditadura militar no país que, sabemos, produziu fortes impactos na Educação Básica e no Ensino Superior (Martins, 2014). Entendemos a importância desse plano de 1969, quando o Curso de Pedagogia estava vinculado à antiga Faculdade de Filosofia, embora essa realidade logo fosse mudar, conforme dito anteriormente. Por meio da leitura, ficamos sabendo que a organização curricular da Pedagogia não era dividida por semestres e sim por anos, e a disciplina “História e Filosofia da Educação” era oferecida no primeiro ano do curso, tendo como

¹³ Em 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, tendo entre uma de suas unidades a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1942, esta unidade assume o nome de Faculdade de Filosofia, incorporando os cursos de licenciatura. Em 1947, a Universidade de Porto Alegre se transformou em Universidade do Rio Grande do Sul, em 1950 passou a fazer parte do sistema federal e em 1970 assumiu a sigla UFRGS.

responsável Alda Cardoso Kremer¹⁴, formada pela Escola Normal de Porto Alegre, licenciada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia da UFRGS em 1947, professora adjunta da cátedra de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Filosofia/UFRGS.

Em 1973, já na Faculdade de Educação, a disciplina conquista sua autonomia como área de ensino, ao menos nos títulos, pois identificamos os planos de História da Educação I e II. Cada uma dessas disciplinas tinha quatro créditos, em estrutura curricular por semestres, tendo os professores Fernando Becker e Alda Kremer. Sobre Fernando Becker, tem formação em Filosofia, fez concurso para História da Educação, foi aluno da primeira turma do Curso de Mestrado da Faculdade de Educação, a partir de 1972. Seu doutorado é em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP), concluído em 1984.

Ao comparar os dois planos, na perspectiva do contexto ditatorial, vê-se que, em ambos, o primeiro objetivo apresentado é “relacionar a História da Educação com a Filosofia da Educação”, ou seja, mesmo adquirindo uma nomenclatura própria, permanece uma estreita ligação à Filosofia. Nesse sentido, é preciso lembrar, como já mencionamos, que as origens da disciplina estão atreladas ao ensino da Filosofia, sendo essas duas áreas inicialmente quase indissociáveis. Segundo Nóvoa (2010), essa seria uma primeira tradição do ensino, vinda do século XIX, quando a História da Educação se caracterizava como um saber essencialmente filosófico, que evocava aqueles considerados grandes pensadores, numa sequência linear, cronológica, laudatória, ao glorificar o passado da educação pelos feitos desses homens. O fato é que essa marca permaneceu, por muitos anos, nos planos do Curso de Pedagogia, embora, a partir de 1977, observem-se nuances de mudanças, como veremos a seguir. Embora tenhamos esses únicos exemplares de 1969 e 1973, é presumível que os planos anteriores da disciplina também tivessem essa mesma característica, como uma tradição da disciplina, difícil de romper.

Voltando às questões da ditadura militar e suas implicações nesses dois programas da disciplina, constata-se o quão afinados estavam ao contexto vigente. Entre outros objetivos, o destaque era dado para a “observância da legislação nacional” e percebe-se a presença de uma intenção moralizadora expressa no propósito de “desenvolver a visão e compreensão da educação moderna, com atitudes de comprometimento e responsabilidade pessoal e social”. Da mesma forma, a ideia de aprender com o passado, como lições, fica evidente no seguinte enunciado: “trazer ao presente as contribuições pedagógicas mais significativas do passado”. Em 1969, não há menção a qualquer bibliografia. Entretanto, em 1973 observa-se a presença de manuais de História da Educação publicados nos anos 1930 e 1950: Afrânio Peixoto, “Noções de História da Educação” (1936), que foi o primeiro manual de História da Educação feito no Brasil (Vidal & Faria Filho, 2003); as Madres Peeters e Cooman, “Pequena História da Educação” (1952) e Theobaldo Miranda Santos, “Noções de História da Educação” (1954). Também merece destaque o livro de “Educação, sociedade e desenvolvimen-

¹⁴ Informações sobre a professora Alda Kremer localizadas em Quadros (2006).

to” (1968), de Jayme Abreu, que atuava no Inep¹⁵, assim como a indicação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, publicada por aquele instituto. Note-se que há a proposição de publicações recentes, tais como: Francisco Larroyo, “História Geral da Pedagogia” (1970) e Maria da Glória de Rosa, “A história da educação através de textos” (1971). Vê-se que várias obras são de edição do início da década de 1970, o que evidencia que já havia uma produção em torno da História da Educação e que essa, de acordo com o documento, já constava na preparação das aulas dos professores da UFRGS. No entanto, há entre as referências bibliográficas também autores estrangeiros importantes para o pensamento pedagógico moderno, como Claparède, Dewey e Comenius, bem como uma quantidade enorme de títulos que variam em torno de “História da Educação, “História da Pedagogia”, História da Educação Moderna”, muitos deles em espanhol.

Outro plano que merece destaque data de 1977, que foi um ano importante para a disciplina de História da Educação na Faculdade, com o ingresso da professora Guacira Lopes Louro, graduada em História, pela UFRGS, também atuante no Colégio de Aplicação¹⁶. Pelo plano de carreira vigente à época, ingressou por concurso como docente colaboradora, por isso nos planos aparecem o seu nome nessa condição e o de Alda Kremer com professora efetiva. Embora haja permanências, as diferenças são emblemáticas de mudanças no próprio campo da educação que se tornariam evidentes nas décadas seguintes.

Guacira Louro atuou por quase 20 anos como professora de História da Educação na UFRGS e esteve entre os pesquisadores que, em 1984, propuseram a criação do GT 2 (História da Educação) na Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) em um período importante para a configuração do campo de pesquisa em História da Educação no Brasil (Catani & Faria Filho, 2002). Sua trajetória acadêmica deixa marcas evidentes nos encaminhamentos dados ao ensino de História da Educação na UFRGS.

Desse modo, no plano de “História da Educação I”, uma mirada indiciária permite perceber sutilezas que apontavam para novas ideias no que se refere à formação de professores, pela introdução de temas, conceitos, perspectivas que soavam como novidade. Assim, é um dos objetivos “desenvolver visão crítica da educação contemporânea através do estudo dos diferentes processos educativos das sociedades humanas do passado”, da mesma forma, “analisar os papéis do professor e do aluno, o conteúdo, objetivos e metodologias empregados em diferentes fases da história da educação, explicando-os em função do contexto sócio, político, econômico no qual se inserem” e, ainda, “desenvolver a flexibilidade e tolerância com valores, tornando-se capaz de apreciar sistemas e ideais educativos diversos dos de sua sociedade, sua época e sua raça”. Também consta como

¹⁵ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) foi criado em 1937 e, até que fossem organizados os primeiros programas de pós-graduação nas universidades brasileiras, nos anos 1960 e 1970, era o principal centro de produção de conhecimento científico sobre educação.

¹⁶ O Colégio de Aplicação da UFRGS foi criado em 1954 junto à Faculdade de Filosofia, tendo como referência o ensino experimental e voltado às práticas de estágio dos estudantes das licenciaturas. A partir de 1966, ocupou o recém construído prédio de nove andares que, quatro anos depois, também seria ocupado pela Faculdade de Educação. As duas instituições estiveram no mesmo espaço por mais de vinte anos. Ao longo desse tempo, houve um certo trânsito de professores entre as duas instituições. Para maiores informações ver Lima e Almeida (2018).

objetivo “identificar e apreciar fontes relevantes para a pesquisa e estudo da História da Educação”, permitindo entrever a importância dada à pesquisa histórica e não apenas ao repertório das ideias pedagógicas. Outro elemento que merece destaque é que se observa explicitamente a colocação da criticidade como um valor a ser perseguido nas aulas de História da Educação. Além disso, a importância de trazer os agentes escolares, professores e estudantes para o centro da cena das reflexões da disciplina, conectados aos diferentes contextos. E ainda o uso das palavras “tolerância” e “flexibilidade”, trazendo de forma precursora o tema racial, que só entraria na ordem do discurso no futuro daquele presente. Talvez o que mais impressione seja o caráter de criticidade tendo em vista o ano desse plano, uma vez que ainda faltaria um tempo para a abertura política e mais alguns anos para o fim dos governos ditatoriais. Entretanto, apesar das evidentes inovações, cumpre dizer que permanece como um dos objetivos o estudo das “posições filosóficas dos principais pedagogos”, o que indica uma manutenção da tradição disciplinar de não se separar do viés filosófico. Igualmente, a análise da bibliografia evidencia um conjunto pequeno de títulos em que predominam os autores estrangeiros tradicionais, como Paul Monroe com “História da Educação” (1956) e Henri-Irénée Marrou com “História da Educação na Antiguidade” (1966). Não constam da lista os manuais brasileiros de História da Educação.

Chegando na década de 1980, com o fim dos governos militares, sobreveio o período da redemocratização no Brasil, com o retorno da liberdade de expressão em seus múltiplos aspectos. Respiravam-se novos ares, isso abria espaço para transformações sociais vividas também nas Universidades. Até então, o Curso de Pedagogia não havia sido reformulado e mantinha as mesmas habilitações: Administração Escolar, Inspeção Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Matérias Pedagógicas da Habilitação ao Magistério. Porém, essas habilitações não atendiam mais às particularidades da profissão de professora. Mudar era necessário. Criaram-se novas ênfases, atendendo às novas demandas para a formação docente, com exceção das matérias pedagógicas da habilitação Magistério (Almeida & Lima, 2016).

Os planos de ensino 1983 e 1984, sob responsabilidade das professoras Rosa Maria Filippozzi Martini, Lucia Beatriz Velloso Gaspari e Rose Marie Mendes da Cunha, nos dão indício da crescente importância dada aos autores nacionais na bibliografia. Aos poucos os manuais de História da Educação publicados entre os anos 1930 e 1950, de autores brasileiros e estrangeiros, vão perdendo espaço para autores brasileiros que cujo foco era a análise específica de questões educacionais, tais como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Luiz Alves de Mattos, mas também os livros de Otaíza Romanelli e Maria Luisa Ribeiro, publicados recentemente naquele momento.

Falemos agora especificamente dos planos de 1986, 1987, 1988 e 1989. Como dito antes, constitui-se uma nova disciplina “História da Educação: Educação no Brasil”, de quatro créditos, tendo como docente a professora Guacira Louro. Sabemos que, no ano anterior, ela havia concluído seu Doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação do professor Derme-

val Saviani¹⁷ tendo defendido uma tese sobre as relações de gênero na História da Educação que se tornou importante referência no campo (Louro, 1986). Portanto, retornou para a UFRGS cheia de novas ideias com desejos de colocar em prática¹⁸. É possível pensar que a idealização dessa disciplina seja um produto de sua criação, à luz de seu contato recente com a produção de pesquisa na região sudeste do país, cujo destaque no campo acadêmico era evidente naquele momento. A bibliografia é sintomática dessa vontade de atualização do ensino de História da Educação vislumbrada nos planos. Especialmente em 1986, chama a atenção que a lista de referências é muito maior que a dos anos anteriores e, ao contrário dos planos de 1983 e 1984, traz predominantemente autores brasileiros vivos, intelectuais intérpretes críticos do Brasil, tais como Otávio Ianni, Bóris Fausto, Celso Furtado, Emília Viotti da Costa, mas também pesquisadores do campo da Educação e da História da Educação, como Dermeval Saviani, Vanilda Paiva, José Silvério Bahia Horta, Ester Buffa, Luiz Antônio Cunha, Carlos Roberto Jamil Cury e a própria Guacira Louro. Por fim, não passa despercebido que há um texto de Karl Marx entre as indicações bibliográficas. Além disso, pela primeira vez, aparece na súmula do plano de ensino os seguintes objetivos: “estudar historicamente o processo da educação brasileira, articulando às transformações econômicas, políticas, sociais e culturais dessa sociedade” e “desenvolver a capacidade de análise crítica da realidade, suporte fundamental para uma atuação consciente como educador”. Esses enunciados, embora apresentem algumas diferenças em relação ao que se tinha nos anos anteriores, trazem entendimentos que já apareciam em 1977. Entre os conteúdos, que ainda seguiam uma ordem cronológica, iniciando pelo Brasil Colônia, destacam-se esses dois pontos: “propostas de Paulo Freire” e “o Golpe de 1964, o fechamento político e a prática educativa”. Em 1989, na mesma disciplina, a professora acrescenta no cronograma das aulas o “Movimento de educação popular e educação de adultos (1958-64)” e, como complemento ao Golpe de 1964, inclui “os Acordos MEC-USAID”, “a Censura”, “Reforma universitária e novas diretrizes para o 1 e 2 graus de ensino” e “Abertura política e as novas tendências educacionais em debate”. Tais alterações estavam em sintonia com o ambiente de redemocratização do país. Mesmo com eleições indiretas para Presidente da República, vivia-se o momento da elaboração da nova Carta Magna do país, marcada pela esperança de restituição do conceito de cidadania perdido por mais de vinte anos.

Com relação aos planos dos anos 1990, vê-se que eram duas as disciplinas no Curso de Pedagogia: “História da Educação e da Pedagogia” e “História da Educação no Brasil”, ambas com quatro créditos. Em ambas é notável a extrema atualidade dos temas propostos e, especialmente, da bibliografia sugerida, que incorporava vários dos principais autores brasileiros atuantes no campo de pesquisa naquele período.

A disciplina “História da Educação e da Pedagogia”, sob responsabilidade da professora Maria da Conceição de Araújo Carrion, em 1992, seguia um modelo clássico nos cursos de História da Educação ao propor como objetivo o “estudo analítico do processo educativo desde as sociedades

¹⁷ Professor emérito da Unicamp e do CNPq, livre docente em História da Educação na Faculdade de Educação/Unicamp, coordenador geral do Grupo de Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEBR). Referência na teoria pedagógica histórico-crítica.

¹⁸ Informações obtidas em entrevista da professora Guacira Lopes Louro, cedida ao Centro de Memórias da Educação/Faced, em 2017.

primitivas até contemporâneas” e o “exame das proposições dos principais pedagogos”, mas inovava ao indicar a ênfase “nos trabalhos da pré-escola e início da escolaridade”¹⁹, talvez considerando uma das habilitações do Curso de Pedagogia, que era Educação Infantil. Em termos de bibliografia, vale destacar a presença do livro seminal de Philippe Ariès, “História Social da Criança e da Família” (1981), que naquele momento ainda era uma novidade. À parte isso, constavam também conhecidos livros e manuais de História da Educação que já circulavam nos ambientes universitários, tais como Paulo Ghiraldelli, Mario Manacorda, Dermeval Saviani, Otaíza Romanelli e Maria Luiza Ribeiro.

O plano da disciplina “História da Educação no Brasil”, ministrada por Guacira Louro, em 1992 e 1993, ousa mais ao propor conteúdos tais como: “Os excluídos da escola: uma leitura histórica desse processo”; “As tendências pedagógicas dos anos 1970 e as tentativas de resistência”; “O processo de abertura política e a educação. Os anos 1980 e os grandes debates educacionais”. Também aparece, pela primeira vez, o intuito de analisar historicamente as “diversas práticas educativas (escolares e não escolares)”. Interessante notar que a longa lista de autores que constava dos planos dessa mesma professora na segunda metade da década de 1980 é substituída pela seguinte informação aos alunos: “A bibliografia a ser utilizada será indicada ao longo do semestre, já que dar-se-á preferência à diversidade de autores e às publicações mais atuais em revista”. Não há dúvida, portanto, quanto à importância conferida à atualização dos conteúdos em relação à produção acadêmica contemporânea em educação.

Já nos planos assinados por Maria da Conceição de Araújo Carrion, em 1993 e 1994, segue existindo uma lista de referências, semelhante à dos anos anteriores, mas chama a atenção a incorporação de um artigo do professor da Faculdade de Educação da UFRGS, Tomaz Tadeu da Silva (1993), “Desconstruindo o construtivismo”, publicado na Revista Educação e Sociedade e o estudo de Julia Varela e Fernando Alvarez Uria (1992) “A maquinaria escolar”. São textos que relativizavam uma tradição de pensamento, ora positivista, ora marxista, aproximando-se das tendências dos Estudos Culturais²⁰, tendo o pensamento de Michel Foucault como uma referência. Cabe notar que, em 1994, um dos objetivos da disciplina é oferecer uma “variedade de métodos e técnicas adequadas ao desempenho eficiente da sua profissão”, o que mostra que a preocupação com a atualização da bibliografia e das temáticas, em consonância com aquela temporalidade, convive com algumas permanências, como a expectativa antiga de que a História da Educação tivesse por finalidade oferecer um repertório de bons modelos aos futuros professores.

O ano de 1995 também é importante para a História da Educação na Faculdade de Educação, pois, de acordo com a legislação vigente da promoção funcional à época, a titularidade era obtida por meio de concurso público. Assim, houve concurso para Professor Titular em História da Educa-

¹⁹ Esse objetivo já tinha aparecido em 1990 no plano de “História da Educação no Brasil”, sob responsabilidade de Guacira Louro, mas é significativo que apareça agora também nessa disciplina que se propõe a uma abordagem mais geral e, portanto, mais tendente a se aproximar da história das ideias pedagógicas, retomando grandes pensadores da educação e, desse modo, mais propensa a se aproximar dos conteúdos da Filosofia.

²⁰ Nos anos 1990, os Estudos Culturais emergem no PPGEDU/UFRGS, protagonizados por docentes como Guacira Lopes Louro que criou o GEERGE/CNPq – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero, que desenvolver pesquisas em torno dos conceitos de gênero, sexualidade, raça/cor, classe, religião, geração, entre outros temas, em diálogo com a Educação.

ção e Maria Helena Camara Bastos, até então docente do Departamento de Estudos Especializados, foi aprovada em primeiro lugar. Graduada em História, havia sido professora do Colégio de Aplicação e voltado recentemente de seu Doutorado na USP, sob a orientação de Marta Maria Chagas de Carvalho. Desenvolveu, portanto, sua tese em História da Educação (Bastos, 1994). Assim, Maria Helena Bastos foi a primeira professora titular de História da Educação da UFRGS, assumindo a disciplina História da Educação no Brasil. Na súmula, aparece a intenção de busca de articulação dos processos educativos com o processo histórico brasileiro. No plano de ensino de 1995, a bibliografia ocupa cinco páginas repletas de autores brasileiros do campo de pesquisa em educação, mas também intelectuais cujos trabalhos analisavam criticamente o Brasil e sua história. Há uma forte presença de professores da USP entre os autores indicados e é notável que a atualidade da bibliografia, em que predominam estudos dos anos 1980 e 1990. Em termos gerais, mantiveram-se os mesmos autores já citados e acrescentaram-se Adorno, “Os aprendizes do poder”, Alfredo Bosi, “A dialética da colonização”, Marta Carvalho, “A Escola e a República”, Denice Catani, entre outros organizadores, “Universidade, escola e formação de professores”, Carlos Cury, “Ideologia e Educação brasileira”, Jorge Nagle, “Educação e Sociedade na Primeira República”, Dermeval Saviani e Anísio Teixeira, esses dois com várias obras. Vale o destaque para textos de duas professoras da Faculdade de Educação, Guacira Louro, “História, Educação e Sociedade no RS” e Arabela Oliven, “A paroquialização do ensino superior”. A menção a essas referências bibliográficas é um indicativo da importância que a História da Educação vinha adquirindo no cenário acadêmico nacional e internacional que se manifestava nas escolhas de leituras que constam no plano em questão.

Ou seja, constatamos que duas docentes de História da Educação, Guacira Lopes Louro e Maria Helena Camara Bastos, haviam lecionado no CAP/UFRGS e desenvolveram sua formação acadêmica no doutorado fora do Rio Grande do Sul, em História da Educação, área que, nos anos 1990, se consolidava nas universidades do centro do país. A análise dos planos de ensino permite observar que esse investimento intelectual na pesquisa produziu ecos no ensino da disciplina na Faculdade de Educação/UFRGS.

O início dos anos 2000 reservaria outras novidades para a História da Educação na Faced. O final dos anos 1990 foi um tempo bastante difícil para as universidades públicas, diante dos dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso e seu caráter de neoliberalismo, que atacou diretamente o setor público do país. Diante desse contexto, muitos docentes das universidades federais, assim que puderam, se aposentaram. Nesse movimento, estavam Maria Helena Bastos e Guacira Louro e, portanto, novos docentes ingressaram na área: Maria Aparecida Bergamaschi, Simone Valdete dos Santos e Jorge Alberto Rosa Ribeiro, os três com graduação em História, Doutorado em Educação, em diferentes ênfases. Embora seja historiadores, em comum, há o fato de nenhum dos três ter desenvolvido sua Tese de Doutorado em História da Educação. Trata-se de professores com

atividade político-acadêmica de extrema relevância, mas distantes do campo de pesquisa em História da Educação²¹.

Nesse período, os títulos das disciplinas permaneceram os mesmos, “História da Educação e da Pedagogia” e “História da Educação no Brasil”. No entanto, observam-se diferenças entre eles a depender de quem seja o professor responsável. O de “História da Educação e da Pedagogia”, cuja professora é Simone Valdete dos Santos, apresenta um viés historiográfico, marcadamente voltado para estudos de teoria da História, em que os temas da Educação aparecem em meio aos temas gerais da História e mais próximo do estudo da história das ideias pedagógicas. Entre os objetivos, está “compreender as diversas perspectivas de pesquisa e estudo da História: Positivismo, Marxismo, História dos *Annales*” e uma ênfase no contexto histórico e suas relações com a Educação, “em especial na Europa feudal, Renascença, no advento da constituição da modernidade, na complexidade do período atual enquanto era dos extremos, pós-modernidade”. Consta, ainda, como objetivo apresentar “importantes teóricos da Pedagogia”, estudos clássicos na perspectiva eurocêntrica, abrindo-se, genericamente, espaço para “outros que representem interesse do grupo de alunos/as a partir das discussões realizadas em aula”. Chama a atenção a extensa bibliografia, com grande quantidade de autores do campo da História, como Peter Burke, Vavy Pacheco Borges, François Dosse, Georges Duby, Agnes Heller, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Paul Veyne, entre outros.

Já no plano da disciplina de 2003, que traz o nome do professor Jorge Ribeiro, apesar de ser a mesma disciplina, há diferenças nos objetivos, a começar pelo primeiro que enfatiza os condicionamentos do contexto histórico nestas palavras: “estabelecer as relações fundamentais da educação com a sociedade condicionadas historicamente”. De viés nitidamente marxista, o plano se propõe a discutir os modos de produção das sociedades feudal, capitalista, socialista, contemporânea, buscando relações com propostas pedagógicas de cada período. Ao final dos objetivos focados nas relações de propostas educacionais nas sociedades feudais, de classes e sob o domínio do capital, consta na última linha “analisar nestes modelos o estatuto da infância e as suas relações com a psicologia e o trabalho escolar”.

Também identificamos um plano de “História da Educação no Brasil”, de 2001, com o nome da professora Maria Aparecida Bergamaschi. A súmula apresenta diferenças com relação às décadas precedentes, ao dizer que um dos objetivos é a “investigação das campanhas ou lutas levadas por movimentos sociais em direção da universalização da educação, explicando-as na sua articulação com o processo histórico brasileiro”. Cabe notar que Maria Aparecida Bergamaschi realizou seu Doutorado na UFRGS destinando-se à pesquisa sobre educação indígena guarani e é, na atualidade, uma pesquisadora referência nesse campo de pesquisa. Sua trajetória tem, portanto, relação com a proposição, presente nesse plano de ensino, de ampliar a ideia de educação para além da escola, para as “práticas educacionais”, procurando evidenciar “os mais variados modos em que se revestiu/

²¹ Cabe ressaltar que, como resultado da consolidação da pesquisa em História da Educação nas últimas duas décadas, os quatro professores que ingressaram na UFRGS para essa área disciplinar por concurso desde 2010, todos têm Doutorado em História da Educação; em nível de graduação, dois deles são formados em História e os outros dois, em Pedagogia.

reveste a educação, principalmente a escolarizada, enfatizando os movimentos sociais, a multiplicidade cultural e étnica e as questões de gênero e classe social”. É o primeiro plano que expõe três conceitos centrais que, no futuro daquele passado, seriam importantes discussões nas aulas de História da Educação: questões raciais, de gênero e de classe social. Como objetivos específicos, o plano evidencia a intencionalidade de colocar em xeque o “projeto colonialista europeu”, bem como dar visibilidade às “práticas educativas dos povos indígenas e afro-brasileiros”. Trata-se de outro indicativo da emergência desses temas, também provocados pelas fortes discussões que eram pautas da Constituição Federal, promulgada em 1988, como também de movimentos do meio educacional em torno da LDB nº 9394/96, aprovada em 1996, e dos movimentos sociais cujas pressões resultariam na aprovação, em 2003 e 2008, das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 que determinaram a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena, africana e afro-brasileira nas escolas de Educação Básica. Em termos de bibliografia, vê-se a presença de autores como Eduardo Galeano, Guacira Lopes Louro, Lucio Kreutz, professor e pesquisador em História da Educação da Unisinos, além de vários artigos da obra “500 anos de Educação no Brasil”, organizada por Cynthia Greive Veiga, Eliana Marta Teixeira Lopes e Luciano Mendes de Faria Filho. Importa salientar a atualidade dessa obra, recentemente publicada, que reunia diversos estudos da área, como se fosse uma cartografia da pesquisa em História da Educação daquele momento, colocando em evidência pesquisadores que produziam conhecimento na área. O fato de o plano incorporar diversos textos do livro mostra um propósito da disciplina de afastar-se dos antigos manuais, generalistas em termos do ensino da disciplina.

Um ponto de curva na composição das disciplinas de História da Educação oferecidas ao Curso de Pedagogia é que, entre 2005 e 2009, criou-se uma nova disciplina em substituição à História da Educação e da Pedagogia, intitulada “História da Educação na Europa e nas Américas”, sendo que a outra permaneceu com o mesmo nome, mas com diferenças de abordagens e temáticas. É possível que essas alterações estivessem identificadas à reformulação do Curso de Pedagogia que ocorreu em 2007, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia (Resolução CNE/CP Nº 1, 15/05/2006). As mudanças buscavam desenvolver a formação de professores, pesquisadores e dirigentes de processos educacionais em espaços de educação formais e não formais²².

Dessa forma, na ementa do plano de 2010 da nova disciplina, encontra-se escrito: “análise das diferentes perspectivas do estudo da História da Educação. A compreensão da educação e sua expressão em práticas escolares e não escolares, ao longo do processo histórico, privilegiando o período moderno e contemporâneo, especialmente na Europa e nas Américas”. Entretanto, em negrito, o destaque é para a compreensão da construção da História, “não deixando de situá-la nas abordagens do Positivismo, do Marxismo e da Escola dos *Annales*”. Ao invés de nomear os pedagogos a serem estudados, como objetivo específico, tem-se como proposta: “analisar fragmentos (textos) de obras de teóricos da Pedagogia que representem interesses do grupo de alunos a partir de discussões realizadas em sala de aula”. A sequência dos conteúdos segue a mesma ordem cronológica com

²² A formação oferecida pelo Curso habilitaria para o exercício da docência na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos Cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal e Cursos de Educação Profissional na área de serviços, apoio a escolas e outras áreas em que sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (www.ufrgs.br/faced/comissoes/comgrad).

a inclusão de dois pontos condizentes com o projeto da disciplina: “Educação na América Colonial” e “sec. XIX: Educação nacional nas Américas”. Além disso, os conteúdos iniciam por “Memória, História e Educação”, o que parece inaugurar uma importante discussão epistemológica entre três conceitos fundantes da disciplina. Há também “Educação informal: patrimônio e museus”, apresentando a ideia do patrimônio educativo, embora não escrito desse modo, conceito que alguns anos depois alcançaria um estatuto relevante na área em questão (Escolano Benito, 1994, 2017).

No mesmo ano, o plano de “História da Educação no Brasil”, possivelmente seguindo as linhas de discussões que promoveram a criação da disciplina anteriormente analisada, apresenta diferenças com relação ao de 2001. Assim, na súmula, a ênfase está na compreensão da “educação escolar associada às relações de classe, gênero e etnia enquanto constituintes e constituidoras da produção e reprodução das desigualdades sociais”, além de incluir a “história da África e da educação dos afrodescendentes no Brasil”. Como desdobramentos, encontramos a presença das ideias de “diversidade de práticas educativas”, “diferentes grupos sociais nos processos históricos da educação brasileira”, “diversidades étnico-raciais, com ênfase nos povos indígenas e afrodescendentes” e a perspectiva de pensar a produção do conhecimento histórico, com “metodologias de pesquisa e usos de fontes documentais em história da educação”. Entre os conteúdos, é preciso referir a introdução naquele ano de “cultura material escolar”, outro conceito recente na historiografia da educação (Julia, 2001), “instituições e atores da educação escolar nos diferentes períodos históricos”, “Povos indígenas: educação e escola”, “A educação feminina”, “Infância e História da Educação”, “A educação dos negros”. A inclusão dessas temáticas demonstra uma aproximação dos estudos recentes em História da Educação que, em 2010, já se configurava como campo de pesquisa consolidado, existindo como área específica em muitos Programas de Pós-Graduação em Educação, responsável pela formação de inúmeros mestres e doutores, tanto no Brasil, quanto no exterior. No entanto, é preciso dizer, esse não é um movimento homogêneo, nem sempre o incremento da pesquisa reverbera diretamente no ensino. Há múltiplos fatores que ainda impedem essa convergência, talvez um dos mais importantes seja o fato que, por vezes, o docente de História da Educação não é um pesquisador na área e, portanto, não acompanha de modo sistemático a produção atualizada. Esse elemento é algo que pode afetar a organização curricular das aulas, embora postulamos que o objetivo maior das aulas de História da Educação não seja a formação de pesquisadores e sim de professores atentos ao presente que, por sua vez, é formado por muitas temporalidades, por memórias e esquecimentos e também por expectativas. Essas questões nos atravessam como docentes e discentes.

Atualmente, permanecem duas disciplinas oferecidas à Pedagogia: “História da Educação I: modernidade e interculturalidade” e “História da Educação II: sujeitos, instituições e práticas”, previstas, pela organização curricular, para o primeiro e segundo semestres do curso, respectivamente. A análise dos planos permite inferir que, em ambas, mantêm-se alguns preceitos identificados, sobretudo, nos programas criados na primeira década do século XXI. Entretanto, agora a ênfase incide sobre conceitos e temáticas que se fortalecem na área. Nesse sentido, são estudados, preponderantemente: cultura escolar, diversidade étnico-racial, desigualdades relacionadas à classe, ao gênero

e à etnia, com ênfase nos povos originários da América, na perspectiva da interculturalidade. Além disso, a desnaturalização da escola como lugar de educar, pautada pela compreensão da educação, em práticas escolares e não escolares, história da educação das mulheres e da profissão de professora, da infância, da família, entre outros. Cabe destacar a intenção de aproximar a pesquisa das aulas de História da Educação.

Pensando nessa espécie de herança presente nos planos de 2024, podemos dizer que eles também trazem indícios do pensamento e ações dos professores que antecederam o ensino da disciplina há muitas décadas. A vontade de manter-se atualizado às discussões do campo, a inserção de temas sensíveis, os diálogos com a pesquisa na área, a formação de professores reflexivos e críticos, de modos distintos, em contextos diversos, são evidências nos planos, mais enfáticas em uns, menos em outros, mas, por aquilo que é possível inferir, reverberam nos planos atuais.

Entretanto, seguindo o movimento de questionamento da legitimidade dos fundamentos da educação na formação das pedagogas, discutido nas primeiras páginas do texto, diminuiu-se em um crédito a carga horária da disciplina História da Educação II²³. Pode parecer pouco pensar em perda, quando havia oito créditos, distribuídos nas duas disciplinas e, agora, tem-se um a menos. Mais que o número em si, o que importa é perceber no fato um sintoma do que vem se entendendo como prioridade na formação de professores no tempo presente, em que as disciplinas de fundamentos precisam estar em constante disposição de disputa para manterem-se ativas nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas.

Como ensinar? Como e o que avaliar?

Os planos de ensino abrem possibilidades de se perscrutar outros aspectos do desenvolvimento das disciplinas, para além dos conteúdos e abordagens temáticas/conceituais. Nos tópicos destinados à metodologia e à avaliação é que podemos buscar uma maior aproximação da relação do professor com os estudantes, sempre observando nas entrelinhas, nos modos de estabelecer a interlocução com os estudantes. É preciso lembrar do caráter documental do plano que, em tese, representava o que acontecia nas aulas da disciplina envolvida.

Assim, nessa perspectiva temporal adotada no artigo, os planos de 1969 e 1973 apresentam a expressão “procedimentos didáticos” e são assim descritos: “exposição de assuntos, discussão de problemas, debate, seminários, interpretação/análise de textos, pesquisa bibliográfica, observações no campo do trabalho educacional para posterior debate, painéis”. Sobre avaliação, há a presença das “sabatinas”, “fichas de leitura e autoavaliação”. Sobre as sabatinas, trata-se de uma prática secular, com origens do latim, consistindo em perguntas como questionários aos estudantes. Tal prática não aparece mais nos outros planos. Não se observam diferenças no plano de 1973.

No final da década de 1970 e nos anos 1980, embora em termos de conteúdos haja algumas alterações significativas, mais visíveis nos enunciados dos objetivos, o mesmo não ocorre quanto

²³ Pela análise dos planos, desde 1969, observa-se a manutenção de quatro créditos para cada uma das duas disciplinas de História da Educação do Curso de Pedagogia. Atualmente, houve uma perda de carga horária.

aos aspectos metodológicos e avaliativos. O plano de 1977 diz explicitamente: “ênfase na participação do aluno, estudos dirigidos, GVGO²⁴, seminários, grupos rotativos, *brainstorming*, especialistas convidados”. Notam-se formas de avaliar, na esteira dos princípios escolanovistas e consonantes com o debate travado na área da didática naquele período contra práticas docentes autoritárias²⁵, como “ênfase na avaliação formativa, acompanhar de forma contínua o desempenho do aluno, através do registro de suas participações em atividades de seminário, discussões... e uma verificação escrita”. Em uma perspectiva inclusiva, quando pouco se falava sobre o tema, o plano expõe que “para o aluno que demonstrar dificuldades, será realizada entrevista individual, orientação de leituras ou outras atividades complementares”. Em 1978, acrescenta-se na avaliação “entrevista final entre professor e aluno para verificar coerência entre o conceito do professor e o que o aluno se atribui” e “cada aluno será acompanhado em seu desempenho pela observação contínua ao longo do semestre – teste objetivo, trabalho escrito individual”.

O plano de 1987 da disciplina “História da Educação: Educação no Brasil”, também com o nome da professora Guacira Louro, alerta os estudantes para a não suficiência das aulas expositivas para a formação das pedagogas, enfatizando a necessidade de “leitura, pesquisa, observações em escolas, arquivos, museus, exposições, seminários com ênfase na observação crítica”, como referências para aprender. Esse é o primeiro plano que não prevê prova escrita como instrumento de avaliação, além de apresentar liberdade de escolha de tema para o trabalho final. Todas essas são práticas que estavam conectadas à vanguarda do debate pedagógico, na medida em que incentivavam a autonomia dos estudantes. Assim está escrito: “a avaliação de cada aluno deverá se apoiar num registro da participação efetiva em classe, um trabalho individual escrito e um trabalho final (em dupla ou pequeno grupo) sobre tema de sua livre escolha”. Ainda, previa-se que a disciplina fosse avaliada pelos estudantes, “pelo menos em dois momentos para que possamos corrigir as falhas apontadas”.

É de pensar de onde viria a inspiração/conhecimento para efetivar essas mudanças que, ao menos nesses documentos, são perceptíveis. Todos esses trazem o nome de Guacira Louro que, antes de ser professora da Faculdade de Educação, havia lecionado no Colégio de Aplicação/CAP. Importa lembrar que, entre 1958 a 1971, o Colégio foi, oficialmente, uma escola experimental²⁶, quando colocou em prática postulados das *classes nouvelles* francesas e, mesmo depois da reforma na educação básica (Lei nº 5692/71), que extinguiu as escolas experimentais, aqueles princípios continuaram produzindo ecos nas práticas da instituição (Lima & Almeida, 2018; Bastos & Almeida, 2023).

²⁴ O método “Grupo de Verbalização e Grupo de Observação” (GVGO) consiste na análise de um determinado tema pelos estudantes, divididos em dois grupos: um de verbalização (GV) e outro de observação (GO). Trata-se de uma estratégia com vistas a provocar o envolvimento da turma, aguçar sua atenção e estimular a fala e tomada de posição. Envolve, portanto, diversas competências, como observação, análise, interpretação, crítica, levantamento de possibilidades, estabelecimento de relações, entre outras.

²⁵ Um dos textos emblemáticos desse debate é o texto de Cipriano Luckesi (2011), publicado originalmente em 1984 e que tinha por título “Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo”. No centro da argumentação estava a percepção de que os professores tendiam a atuar orientados por referências autoritárias, muitas vezes sem se darem conta, e que o compromisso com a democracia exigia repensar práticas cotidianas de ensino e avaliação que rompessem com o autoritarismo subliminar.

²⁶ As classes secundárias experimentais foram implantadas oficialmente no Brasil em 1959, com o “objetivo de ensaiar a aplicação de métodos pedagógicos, processos escolares e tipos de currículo, objetivando ensino menos acadêmico, mais funcional” (Portaria nº 1 de 3 de janeiro de 1959). Para maiores informações, ver Dallabrida (2014, 2017)

Sendo assim, presume-se que a docência no CAP/UFRGS tenha sido uma experiência que produziu ressonâncias nas práticas pedagógicas desenvolvidas pela professora Guacira Louro no ensino superior, especificamente aqui tomando como referência de análise as metodologias e avaliação dos planos que pressupunham um outro tipo de contatos entre estudantes e professora e outros modos de entender como se dava a aprendizagem. Um outro aspecto a levar em conta é a circulação da professora nacionalmente, o que permitia que estivesse em contato, participando ativamente, junto com outros pesquisadores da educação, na construção de um projeto educacional progressista, comprometido com a democracia e a justiça social²⁷.

Seguindo as análises quanto aos aspectos metodológicos evidenciados nos planos, destaca-se em 2001, no plano da professora Maria Aparecida Bergamaschi, da disciplina “História da Educação no Brasil”, a proposição de um “trabalho investigativo em um espaço educativo de Porto Alegre (de acordo com a escolha de cada grupo), analisando esse espaço à luz dos estudos realizados em aula e dos aprofundamentos específicos que cada coletivo necessitar”. Nomeiam-se os grupos como “coletivos de pesquisa” e, no detalhamento da realização do trabalho, vê-se que os estudantes deveriam “aprofundar as questões levantadas a partir dos dados empíricos coletados nos diferentes campos de pesquisa” e, ao final, preparar uma devolução “da produção ao espaço educativo em questão”. A ideia da atividade, ao trazer o conceito de “espaço educativo” parece relativizar a escola como único lugar de educação, mostrando aos estudantes a polissemia que atravessa o conceito de Educação.

Com relação aos planos atuais das duas disciplinas de História da Educação, temos a mesma impressão comentada anteriormente, ou seja, eles incorporam aspectos metodológicos e avaliativos dos programas anteriores, com alguma diferença. Assim, são previstos seminários e debates, exposições dialogadas, estudo de documentos, entrevistas, filmes, observações e visitas a espaços educativos, dinâmicas grupais e reflexões individuais (oral e escrita) e realização de trabalho de pesquisa em História da Educação. Em termos avaliativos, observa-se a intenção de construir uma avaliação qualitativa, considerando critérios como “comprometimento, responsabilidade com leituras, trabalhos e seminários, qualidade e organização das produções teóricas escritas e apresentações orais, envolvimento e produção na proposta de pesquisa grupal e capacidade de articulação entre os diferentes autores e leituras propostas”. Não há menção à especificidade de como se dará a avaliação, permitindo que o docente proceda como melhor entender e como previsão de atividade de recuperação, uma exigência regimental no caso da UFRGS, está registrado que “as atividades de recuperação serão realizadas, analisando-se esse desempenho e de acordo com as necessidades apresentadas pelo discente”, indicador de uma sensibilidade do plano ao pensar nas individualidades dos estudantes.

²⁷ Um desses espaços eram as reuniões anuais da Anped, tendo a primeira acontecido em 1978.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Professores de História da Educação seguem, em 2024, se questionando acerca do que devem ensinar, quais as prioridades, o que deve ser lembrado, o que não pode ser esquecido em suas aulas. Muitas vezes, buscam estratégias metodológicas na expectativa de *encantarem* os estudantes com modos próprios de abordar as diferentes temáticas previstas nos planos de ensino. Pensam também sobre formas justas e legítimas de avaliar, ainda mais quando se deparam com estudantes que serão as futuras pedagogas.

Neste estudo, refletimos sobre os planos de ensino, desde 1969, mas temos o tempo presente como uma referência e o futuro como uma espera. Como a disciplina em questão chegou até aqui? O que se conquistou? O que se perdeu? E o que virá? Passado, presente e futuro urdem-se nesse pensar. Embora se postule a importância dessas três grandezas temporais que atravessam as intenções da pesquisa, chama-se a atenção para o tempo presente, como um presente expandido, que François Dosse (2012), ancorado nas “Confissões de Santo Agostinho”, define como “triplo presente”, envolve a memória das coisas passadas e o aguardo do porvir. O presente está *nesse meio tempo* e se dilata, para trás e para frente, e isso se coloca ao analisarmos a elaboração de cada plano de ensino. Observa-se que cada um deles foi tecido a partir da convocação de alguns passados que se quis conservar e outros que foram rejeitados, tendo em vista novos entendimentos que consolidaram a área da História da Educação, nas dimensões do ensino e da pesquisa. Essas noções aproximam-se da epistemologia da História do Tempo Presente, que pressupõe o confronto direto e o diálogo permanente com os vestígios vivos de muitos passados. Portanto, são os temas que ressoam no presente, são as problemáticas colocadas no *agora* que direcionam nossas ações e intenções acerca do que analisar nos planos, seus objetivos, metodologias, critérios avaliativos, formação dos professores, referências bibliográficas citadas. Essas são questões que nos fazem pensar nos percursos das aulas de História da Educação e sua relação com a formação das pedagogas.

A análise dos planos de ensino de História da Educação da UFRGS permitiu evidenciar que as aulas acompanharam de perto a atualização temática e metodológica do campo de pesquisa correlato. A proposição de novos temas se mostra, muitas vezes, na vanguarda acadêmica, de modo que não se trata de aulas que apenas reproduzem um saber pré-estabelecido. De fato, pudemos constatar que a preocupação com a articulação entre a produção do conhecimento e a finalidade da disciplina nos cursos de formação docente é recorrente, sobretudo a partir da atuação de duas professoras cuja importância no campo acadêmico é notória. Isso fortalece a defesa de mantermos nas universidades públicas brasileiras professores que não se limitam a dar aulas de História da Educação, reproduzindo conhecimentos de manuais escolares, mas que participam ativamente no processo dinâmico de produção dos saberes que integram o currículo.

Outro ponto que merece destaque é o tensionamento nos cursos de formação de professores que aponta para o empobrecimento de conhecimentos fundantes da reflexão crítica sobre a sociedade, o papel da educação e as características processos pedagógicos. Expressão inegável

dessa tensão é a ameaça vivenciada na última reforma curricular do Curso de Pedagogia na UFRGS, em 2017. Feita a defesa pertinente, foi possível preservar a existência de duas disciplinas, ainda que tenhamos perdido um crédito em uma delas. O risco tem sido, portanto, transformar a Pedagogia em um curso em que a prescrição de práticas seja o foco principal e que a reflexão (se é que seguiria/seguirá existindo) se restrinja ao que acontece especificamente em sala de aula.

É bom lembrar que o Curso de Pedagogia tem historicamente um papel importante na formação de profissionais especializados em Educação, capazes de discutir e desenvolver processos educacionais em escolas, mas também em espaços não-formais de educação, e de atuar de forma qualificada em atividades de gestão escolar e de sistemas de ensinos. Se é verdade que a docência deve ser a base da formação em Pedagogia – já que não faz sentido chamar de especialista em educação quem não tem preparo para atuar em sala de aula –, não é aceitável restringir sua formação apenas a questões relativas à prática de ensino. O risco é iminente e tem, por exemplo, na proposição de Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia feita em 2019 pelo Ministério da Educação sua mais recente expressão. A propósito, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) publicou nota ao Conselho Nacional de Educação reafirmando sua defesa de que a formação para “[...] a docência no interior de um projeto formativo e não numa visão reducionista que a configure como um conjunto de métodos e técnicas neutros, descolado de uma dada realidade histórica” (Anfope, 2021, p. 3).

A História da Educação tem um papel fundamental a cumprir nesse sentido. Longe de ser uma coleção de curiosidades empoeiradas esquecidas em uma prateleira qualquer, o conhecimento histórico sobre educação constitui elemento vivo e atuante no presente. Nesse sentido, as aulas de História da Educação nos cursos de formação de professores representam um ganho duplo: aportam aos futuros professores conhecimentos precisos para desacomodar os automatismos e evitar a naturalização de práticas que são, necessariamente, sócio-históricas e trazem novos desafios aos pesquisadores do campo na medida em que os estudantes desses cursos têm uma compreensível urgência no presente com os olhos voltados ao futuro. Em geral, no primeiro encontro deles com a História da Educação, o interesse é raro, mas nossa insistência para que eles, sem deixar de se preocuparem com o futuro, também deem uma espiada no passado é essencial.

REFERÊNCIAS

- Almeida, D. B. (2013). Espaço de Formação Docente: aulas de História da Educação. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 21(23), 1-16.
- Almeida, D. B., & Lima, V. A. de. (2016) Um Lugar Memorável: a Faculdade da Educação/UFRGS, entre afetos e trabalho (1970-2016). *Revista Educação e Realidade*, 41, 1347-1370.
- ANFOPE. (2021). *Nota ao CNE sobre proposta DCNS Pedagogia*, 10 de fevereiro de 2021. <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Nota-ao-CNE-sobre-Proposta-DCNS-Pedagogia.pdf>.

Bastos, M. H. C. (1994). *Novo e o nacional em revista: a revista do ensino no Rio Grande do Sul (1939-42)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo.

Bastos, M. H., & Almeida, D. B. (2023). Tempo passado, tempo presente: memórias de alunas da classe experimental secundária do Colégio Pio XII (Porto Alegre/RS – 1962-1965). In: Dallabrida, N. (Org.). *“Brechas no monopólio educacional”*: classes secundárias experimentais e inovação do ensino secundário nos anos 1950 e 1960 (pp. 89 – 101). Curitiba: Editora Appris.

Borges, B. G., & Gatti Júnior, D. (2010). O ensino de História da Educação na formação de professores no Brasil atual. *Revista HISTEDBR On-line*, 40, 24-48.

Brasil (1968). *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968*. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

Brasil. (2022). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2022.

Catani, D., & Faria Filho, L. (2002). Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da Anped (1985-2000). *Revista Brasileira de História da Educação*, 19, 113-128.

Cellard, A. (2008). A análise documental. In: Poulart, J. et. al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295-315). Petrópolis: Vozes.

Certeau, M. de. (2008). *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Dallabrida, N. (2014). O MEC-INEP contra a Reforma de Capanema: renovação do ensino secundário na década de 1950. *Perspectiva*, 32(2), 407-427.

Dallabrida, N. (2017). As Classes secundárias experimentais: uma tradição escolar (quase) esquecida. *Revista Brasileira de História da Educação*, 17(3), 213-234.

Dosse, F. (2012). História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, 4(1), 5-23.

Ecar, A. L., & Barros, S. A. P. de (Orgs.) (2022). *História da educação, formação docente e a relação teoria-prática*. São Paulo: FEUSP.

Escolano Benito, A. (1994). La investigación historico-educativa y la formación de profesores. *Revista de Ciencias de la Educación*, 157, 55-69.

Escolano Benito, A. (2017). *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Alínea.

Faria Filho, L. M. de. (2016). *Para que serve a História da Educação*. <https://pensaraeducacao.com.br/para-que-serve-a-historia-da-educacao/2016>

Faria Filho, L. M. de., & Rodrigues, J. R. G. (2012). A história da educação programada: uma aproximação da história da educação ensinada nos cursos de pedagogia em Belo Horizonte.

Revista Brasileira de História da Educação, 3(6), 159-176

Gatti Jr, D. (2017). O Ensino de História da Educação no Brasil: fontes e métodos de pesquisa. *Cadernos de História da Educação*, 16(1), 64-88.

Gil, N. (2022). Passado, presente e futuro na formação docente: algumas contribuições da História da Educação para professores reflexivos. In: Ecar, A. L., & Barros, S. A. P. de. (Orgs.). *História da educação, formação docente e a relação teoria-prática* (pp. 70-90). São Paulo: FEUSP.

Ginzburg, C. (1989). *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia. das Letras.

INEP (2023, 7 de março). Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil: mulheres predominam em todas as etapas. Na educação infantil, elas são praticamente a totalidade. <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>

Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1(1), 9-43.

Lima, V. A. de, & Almeida, D. B. (2018). O Colégio de Aplicação/UFRGS e a difusão das classes experimentais secundárias: entre o arquivo e a memória oral (1959-1981). *Revista História da Educação*, 22(56), 207-227.

Luckesi, C. C. (2011). *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. (22ª edição revista e ampliada). São Paulo: Cortez.

Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio.

Koselleck, R. (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio.

Louro, G. L. (1986). *Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP], Campinas.

Martins, M. do C. (2014). Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. *Educar em Revista*, 51, 37-50.

Nóvoa, A. (2010). Por que a História da Educação? In: Stephanou, M., & Bastos, M. H. C. (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil* (vol. 1: séculos XVI-XVIII, pp. 9-13). 4. ed. Petrópolis: Vozes.

Nunes, C. (1996) Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese. *Revista Brasileira de Educação*, 1, 67-79.

Nunes, C. (2003). O ensino da história da educação e a produção de sentidos na sala de aula. *Revista Brasileira de História da Educação*, 6, 115-158.

Nunes, C. (2006). A disciplina História da Educação na formação de professores: desafios

contemporâneos. *Revista História da Educação*, 10(19), 173–180.

Pretto, N. D. L. (2012). Professores-autores em rede. In: Santana, B., Rossini, C., & Pretto, N. D. L. (Orgs.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas* (pp. 91-108). Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital.

Quadros, C. de (2006). *Reforma, Ciência e Profissionalização da Educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul*. [Tese de Doutorado, PPGEDU/UFRGS], Porto Alegre.

Schön, D. (1997). Formar professores como profissionais reflexivos. In: Nóvoa, A. (Org.). *Os professores e a sua formação* (pp. 77-91). Lisboa: Publicações Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional.

Tanuri, L. (2000). História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 61-88.

Vidal, D. G., & Faria Filho, L. M. de (2003). História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, 23(45), 37-70.

Warde, M. (1990). Contribuições da história para a educação. *Em Aberto*, 9(47), 3-11.

Warde, M. (1998). “Questões teóricas e de método: a história da educação nos marcos de uma história das disciplinas” In: Saviani, D. et. al. *História e história da educação. O debate teórico-metodológico atual* (pp.105 – 123). Campinas: Autores Associados.

COMO CITAR — APA

Almeida, D. B., & Gil, N. (2024). História da Educação na formação em Pedagogia: análise dos planos de ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil, 1969-2024). *PARADIGMA*, XLV(Edición Temática 1), e2024017. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024017.id1562>

COMO CITAR — ABNT

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; GIL, Natália. História da Educação na formação em Pedagogia: análise dos planos de ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil, 1969-2024). *PARADIGMA*, Maracay, v. XLV, Edición Temática, n. 1, e2024017, Set., 2024. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024017.id1562>

HISTÓRICO

Submetido: 18 de abril de 2024.

Aprobado: 17 de julho de 2024.

Publicado: 30 de septiembre de 2024.

EDITOR

Fredy E. González 

ARBITROS

Dos árbitros evaluaron este manuscrito y no autorizaron la publicación de sus nombres